

CRESCIMENTO POPULACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

RUBENS VAZ DA COSTA

Presidente do BNB

"A humanidade deve tomar consciência do fato de que os mecanismos milenares, brutais, inconscientes, que regulavam a população, já não existem, e é mister substituí-los por outros, conscientes, voluntários, eficazes na escala dos grandes números".

Jean Fourastié — As 40.000 Horas.

I. As causas da "Explosão Demográfica"

O crescimento populacional sem precedentes, que o mundo presencia, é fenômeno que se acentuou no pós-guerra. Esta "explosão demográfica" verifica-se principalmente nos países subdesenvolvidos, cujas taxas de crescimento populacional são, geralmente, três vezes superiores às mais, às dos países industrializados, capitalistas ou socialistas.

2. Quais as causas de diferenças tão acentuadas no crescimento das populações? Por que os países industrializados crescem a taxas de 1% ao ano ou menos, enquanto os países subdesenvolvidos aumentam suas populações ao ritmo de 3% ao ano ou mais? Qual a importância dessa disparidade e qual o impacto no processo de desenvolvimento econômico de elevadas taxas de incremento demográfico? As respostas a essas pergun-

tas ajudam a pôr em perspectiva a questão do rápido crescimento populacional que representa um "obstáculo à acumulação de capital e ao desenvolvimento econômico, nas condições prevalentes nos países subdesenvolvidos" (1), constituindo-se "um dos problemas mais difíceis com que se defronta a humanidade na presente era histórica" (2). As estatísticas demográficas do período de 160 anos mostram a disparidade de taxas de crescimento entre países e regiões em distintos estágios de desenvolvimento.

A rápida aceleração do crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos nas últimas décadas não foi planejada nem desejada. Os técnicos não foram ca-

1) Países Subdesarrollados — Características Presentes a la Luz de Modelos Pasados de Crecimiento Económico — *El Trimestre Económico*, México — Vol. XXV — nº 4 — Octuro-Diciembre — 1964 — pg. 122.

2) *The Meaning of the Twentieth Century*, Kenneth E. Boulding, Harper Colophon — New York, 1965, pg. 121.

TABELA 1

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL NA SUÉCIA,
EUROPA, SUDESTE ASIÁTICO E BRASIL — 1800-1960

(Taxas geométricas por mil, inclusive migrações)

Período	Suécia	Europa e Rússia Asiática	Sudeste Asiático	Brasil
1800-1850	8	7	9	—
1850-1900	8	9	8	20 (1)
1900-1950	6	7	10	22
1950-1960	6	10	20	32

Fonte: Gunnar Myrdal — "Asian Drama" — Random House — NY, 1969 — p. 1399 e para o Brasil cálculos do BNB-ETENE.

(1) — 1872-1900.

pazes de prever a explosão demográfica com que se defronta hoje o mundo subdesenvolvido (3). Embora os países subdesenvolvidos, com raras exceções, adotem políticas que favorecem o crescimento da população, a explosão demográfica decorreu do declínio das taxas de mortalidade e não do aumento das taxas de natalidade (4). Estas vêm se mantendo estáveis ou ligeiramente descendentes, em torno de 45-50 nascimentos anuais por mil habitantes. As taxas de mortalidade caíram rapidamente no decurso de duas décadas de 20 e 30 óbitos por mil habitantes, para 10 a 20 defunções anuais por 1.000 habitantes.

3) O economista e sociólogo sueco, Gunnar Myrdal, no livro *Asian Drama*, diz que a "razão principal por que a explosão demográfica não foi prevista pelos técnicos foi o fato de que eles acreditavam que a mortalidade não diminuiria antes que os níveis de vida melhorassem".

4) "O declínio na fertilidade, como ocorreu nos países do Ocidente, deveu-se inteiramente à iniciativa privada, atuando em sentido contrário à política governamental, que permaneceu pró-natalista".

Cf. G. Myrdal — op. cit., pg. 1477.

4. A consequência da diminuição da mortalidade e da manutenção de níveis de natalidade inalterados é um crescimento demográfico de cerca de 3% ao ano. É oportuna a observação de que enquanto as taxas de mortalidade dos países subdesenvolvidos são idênticas às dos países desenvolvidos (este é, talvez, o único indicador importante em que não há diferença sensível entre os dois grupos de países) as taxas de natalidade dos últimos diminuíram através dos tempos para situarem-se hoje entre 15 a 20 por mil habitantes, daí resultando seu menor crescimento.

5. A razão da diminuição das taxas de mortalidade nos países subdesenvolvidos é o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico do pós-guerra, que permitiu a erradicação ou o controle das doenças que ceifavam a vida de milhões de pessoas todos os anos. O DDT facilitou a eliminação da malária; o abastecimento de água potável nas comunidades

interioranas resultou em drástica redução da mortalidade infantil; melhores comunicações e transportes e assistência médico-hospitalar mais difundida; antibióticos; vacinação; e níveis de renda mais altos com a conseqüente melhoria das dietas; tudo isto salva vidas diariamente. "Na América Latina, os avanços científicos e tecnológicos ocasionaram acentuada diminuição da taxa de mortalidade, sem que o insuficiente ritmo de desenvolvimento pudesse acarretar as mudanças psicológicas que modificam as atitudes familiares tendentes a diminuir a natalidade. O esforço de desenvolvimento se encontra pois afetado na América Latina pelo ritmo extraordinário de crescimento da população" (5).

6. A constatação dos fatores que respondem pelo aumento da longevidade nos países da América Latina e noutras áreas subdesenvolvidas não quer dizer que não há muito por fazer no campo da medicina preventiva e curativa e no que toca aos níveis dietéticos. As taxas de mortalidade apresentadas são médias nacionais, que englobam as grandes cidades relativamente bem assistidas e as zonas rurais onde a mortalidade é ainda muito elevada. Mas apesar disso, é este o setor em que se registra o maior avanço nos países subdesenvolvidos; é este o setor em que os resultados obtidos nos países subdesenvolvidos mais os aproximam dos países industrializados: por isto, devemos congratular-nos

com os médicos pela vitórias logradas em seu incansável trabalho de prolongar a vida e evitar mortes prematuras.

II — *A inter-relação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico*

7. As considerações que precedem levam também a outra conclusão importante que é a vitória do homem sobre o meio ambiente. A história da humanidade relata a epopéia do homem em sua evolução na conquista do meio que lhe era hostil. Durante milênios, o objetivo principal da atividade humana era a simples sobrevivência do "homo sapiens". A fome, as enfermidades, os animais selvagens, as intempéries, as guerras, as pestes, e toda sorte de inimigos forçavam o homem a lutar constantemente pela autopreservação. A descoberta do fogo e da agricultura, a domesticação de animais, a invenção da roda, etc. foram tornando menos árduas as condições de vida. Mas, mesmo assim, a natureza, para assegurar a permanência da espécie humana sobre este planeta, dotou o homem de alta capacidade reprodutiva como resposta à mortalidade elevada que prevaleceu desde a pré-história até os nossos dias.

8. Mas a dominação do meio inóspito e a utilização mais adequada dos recursos que a natureza oferece, acontecimentos que se confundem com o processo de desenvolvimento econômico da humanidade (6), modificaram to-

5) *Transformación y Desarrollo — La Gran Tarea de América Latina* — Informe Presentado al BID por Raul Prebisch, Santiago — 17.4.70, p. 154.

6) "Definiremos progresso como o crescente controle do meio pela vida" — Will e Ariel Durant, *The Lessons of History*, Simon & Schuster, New York, 1968, p. 98.

talmente os termos da equação. No entanto, seria trágico que a melhoria das condições de salubridade conduzissem a um desastre. Sem embargo, se não houver também uma diminuição da fertilidade, os países subdesenvolvidos poderão defrontar-se com problemas que retardarão ou impedirão seu desenvolvimento (7).

9. Não obstante, o crescimento da população foi e continua sendo essencial e indispensável ao processo de desenvolvimento econômico, pois o homem não é, apenas, o agente da produção, como também o consumidor final dos bens e serviços que a sociedade produz. E não se pode imaginar, numa perspectiva de longo prazo, o aumento da oferta de tais bens, sem que cresçam também o número de produtores e de consumidores. Tem razão o economista mexicano Victor L. Urquidí quando adverte contra as "afirmações no sentido de que o incremento demográfico exerce uma influência nitidamente negativa sobre o crescimento econômico, baseadas, de modo geral, em comparações entre a taxa de aumento da população e a do produto bruto ou da produção de alimentos; e daí se tiraram conclusões demasiadamente aligeiradas no sentido de que uma redução da natalidade implica automaticamente a elevação do nível do produto bruto por habitante ou do suprimento de alimentos" (8).

10. Não é difícil demonstrar, historicamente, uma correlação entre aumento demográfico e

desenvolvimento econômico. Nenhum país se desenvolveu com uma população estática ou declinante (9). Nos períodos de crescimento mais rápido dos países hoje desenvolvidos, constata-se aumento populacional às vezes suplementado por fortes contingentes humanos emigrados de outros países. Elevadas taxas de crescimento populacional coincidiram em alguns países com as épocas de maior expansão das suas economias ou, talvez tenham sido a causa desse crescimento econômico acelerado. Nos Estados Unidos, por exemplo, por ser país de dimensões continentais e muito bem dotado de recursos naturais e de outras condições favoráveis ao desenvolvimento, verificou-se um crescimento demográfico de 1,7% ao ano no período 1870-1965, no qual se inclui forte migração européia. O crescimento médio da produção de 15 países desenvolvidos naquele período de quase um século foi 2,7% ao ano, enquanto a população aumentou ao ritmo anual de 1%, daí resultando um crescimento *per capita* da produção de 1,7% ao ano (10).

11. Mesmo nos países superpovoados do Sul da Europa,

7) Cf. Kenneth E. Boulding, *op. cit.* p. 122.

8) *El Desarrollo Económico y el Crecimiento de la Población — Demografía y Economía, El Colegio de México — Vol. III, nº 1, 1969 — p. 98.*

9) No estudo intitulado *Crescimento Econômico — Os Últimos Cem Anos*, D. C. Paige e outros concluem que: "Esta análise não exclui a possibilidade de que um rápido aumento da população possa estimular a produção *per capita*; mas entretanto não sugere que tal foi um fator importante nos últimos cem anos. Não existe, absolutamente, qualquer indicação de que tal é uma condição necessária ao crescimento econômico: alguns dos países de maior crescimento mantiveram suas populações relativamente estáveis" — *National Institute Economic Review* — nº 16, July 1961 — Londres, p. 29.

10) Cf. Angus Madison *Economic Growth in Japan and the USSR* — W. W. Norton Co. — New York 1969, pg. XXI.

o crescimento populacional foi apenas uma fração do que hoje

caracteriza os países subdesenvolvidos.

TABELA 2

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL EM PAÍSES SELECIONADOS
(Porcentagens)

País	1800-1850	1850-1900	1900-1950
Itália	0,6	0,6	0,6
Espanha	0,6	0,5	0,8
Portugal	0,4	0,7	0,9

Fonte: "The Share of Agriculture in a Growing Population" — Folk Drowing, publicado no livro *Agriculture in Economic Development* — Carl K. Eicher — Lawrence W. Will — McGraw-Hill, New York — 1964 — p. 82.

As taxas de crescimento de 0,6% ao ano verificadas na Itália durante 150 anos, por exemplo, em parte resultam das migrações maciças para o Novo Mundo. Mostram, também, que o crescimento econômico naquele

país, como na Espanha e em Portugal, não foi capaz de absorver o aumento da força de trabalho ocasionado por crescimento demográfico que foi um quinto do que hoje é comum na maioria dos países latino-americanos.

TABELA 3

TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PNB REAL E DA POPULAÇÃO
1953/1965

País	Taxas de Crescimento da produção	Aumento da população
Japão	9,4	1,1
Áustria	6,4	0,4
Alemanha Ocidental	6,2	1,3
Rússia	6,1	1,8
Itália	5,3	0,7
França	5,0	1,2
Países Baixos	5,0	1,4
Suíça	4,7	0,7
Austrália	4,4	2,1
Suécia	4,4	0,7
Dinamarca	4,3	0,8
Noruega	4,2	0,9
Canadá	4,1	2,3
Bélgica	3,8	0,6
Estados Unidos	3,3	1,8
Grã-Bretanha	3,1	0,6

— Economic Growth in Japan and the USSR — W. W. Norton Co., New York — 1965 — pag. 89.

12. Em períodos mais recentes, a aceleração do processo de desenvolvimento econômico dos países industrializados foi compatível com modestas taxas de crescimento demográfico. O Japão, país cuja produção cresceu à taxa mais alta, quase 10% ao ano, no período 1954-1964, apresentou índice de crescimento populacional da ordem de 1,1% ao ano.

13. Em países latino-americanos, onde se registraram altíssimas taxas de expansão demográfica, da ordem de 3% ao ano e mais, o crescimento da produção foi ligeiramente superior ao dos países industrializados, porém o aumento da produção **per capita** foi de menos da metade do que se verificou nos países desenvolvidos.

TABÉLA 4

CRESCIMENTO REGIONAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CONSTANTES,
POPULAÇÃO E PRODUTO BRUTO INTERNO **Per Capita**

1950/1967
(Porcentagens Anuais)

Área	1950-60	1960-67	1950-67
Países subdesenvolvidos (1)			
PIB	4,6	5,0	4,8
População	2,2	2,5	2,3
PIB per capita	2,3	2,5	2,4
América Latina			
PIB	5,0	4,5	4,8
População	2,8	2,9	2,9
PIB per capita	2,1	1,6	1,8
Países industrializados (2)			
PIB	4,0	4,8	4,3
População	1,2	1,2	1,2
PIB per capita	2,8	3,6	3,1

Fonte: "Partners in Development": Report of the Commission on International Development (Pearson's Commission) Praeger, New York, 1969. pág. 358.

1) 80 países subdesenvolvidos, compreendendo cerca de 97% do PIB de todos os países subdesenvolvidos.

2) 20 países desenvolvidos, membros do Banco Mundial e Suíça.

14. A evidência estatística demonstra a compatibilidade entre crescimento econômico e aumento da população sugerindo, talvez, que sem este não pode haver aquele. Está claro, no entanto, que reduzidas taxas de aumento demográfico certamente não impediram e talvez tenham sido a

causa do rápido crescimento da produção nos países industrializados. Na América Latina, a Venezuela, o México e o Brasil têm logrado altas taxas de crescimento econômico paralelamente com acelerada expansão demográfica, ou seja, um processo que se pode denominar de "cres-

cimento extensivo". Convém ressaltar, sem embargo, que o crescimento econômico obtido se relaciona com fatores excepcionais, que talvez não se repitam ou não se possam manter por muito tempo com a mesma intensidade, com a industrialização substituidora de importações e o incremento do turismo e das exportações de petróleo. Além disso, acumularam-se sérios problemas de infra-estrutura econômica e social insuficiente, que tenderão a agravar-se com o continuado crescimento demográfico a taxas elevadas.

15. A pergunta básica passa a ser, então, qual a taxa ou taxas de aumento populacional, que melhor se ajustam a uma utilização mais eficiente e mais racional dos demais recursos de que dispõe um país. A evidência histórica dos países industrializados sugere a taxa de 1% ao ano que foi a média de longo período de quase um século. Nos Estados Unidos, o crescimento demográfico foi mais elevado, mas em grande parte devido ao influxo de imigrantes. A partir de 1870, o crescimento vegetativo da população americana variou de 1,7% ao ano, naquela década, a 0,9%, na década de 1920, elevando-se a 1,6% na década de 50, estimando-se que, presentemente, seja inferior a 1%. Em 1968, a taxa de crescimento populacional daquele País foi de 1,1%, na qual se incluem cerca de 450 mil imigrantes, tendo o crescimento vegetativo anual sido 0,9%. Taxas de crescimento vegetativo inferiores a 1% são comuns em quase todos os países desenvolvidos, inclusive o Canadá e a Austrália, países

de dimensões continentais e de populações pequenas, com 21 e 12 milhões de habitantes, respectivamente. Convém ressaltar a enorme diferença entre o crescimento *exógeno*, decorrente de substancial imigração, como ocorreu no passado na América e hoje se verifica no Canadá e na Austrália e entre regiões de alguns países, o qual representa um donativo de capital humano e o crescimento *endógeno*, característico dos países subdesenvolvidos, que exige investimentos na formação de trabalhadores durante 15 anos e mais até que se tornem produtivos.

16. Prebisch afirma que "possivelmente existe uma taxa ótima de crescimento vegetativo de acordo com as condições de cada país, que se situa entre o estancamento demográfico absoluto e o limite a que se estão aproximando alguns países latino-americanos que já ultrapassam a taxa média anual de 3,5%" (11). O célebre demógrafo francês Alfred Sauvy (12), por seu turno insinuou que a taxa de crescimento populacional que conduz ao mais rápido desenvolvimento econômico é de, no mínimo 0,5% ao ano, mais preferivelmente, de 1%. Acha Sauvy que índices de expansão elevados tendem a retardar o crescimento econômico, porque os "investimentos demográficos" (13) estrangularão

11) *Transformación y Desarrollo — La Gran Tarea de América Latina* — Informe Presentado al BID por Raul Prebisch, Santiago, 17.4.70, pg. 154.

12) *50 millions de Français, Moteur au Frein du Développement Economique? Professions et Entreprises*, Paris, nº 597 — Janvier — 1968 — pg. 11.

13) Sauvy, op. cit., pg. 7, assim define os investimentos demográficos: "os investimentos feitos para aumentar o número de constru-

o país. Por outro lado, em sua opinião, um crescimento populacional muito lento pode gerar problemas de demanda insuficiente para apoiar a evolução da economia, provocando o envelhecimento e a "incompetitividade" da economia. Vale a pena ressaltar que um país cuja população cresce à taxa de 1% ao ano, duplica seu contingente demográfico em setenta anos, ou seja, em menos de 3 gerações. Considerando que sete décadas são um período insignificante na vida de uma nação, aquela taxa não poderá ser mantida por séculos, sob pena de criarem-se problemas de poluição, congestionamento urbano e tantos outros que afligem as áreas densamente povoadas.

III — *Aumento de 100 milhões de pessoas até o fim do século: Brasil e Estados Unidos, no hemisfério ocidental*

17. Apesar de seu crescimento populacional se processar a taxas que são cerca de um terço das que se verificam nos países latino-americanos, os Estados Unidos estão alarmados com o seu problema demográfico e, em consequência, estão adotando sérias providências para auxiliar o planejamento familiar. Em recente mensagem ⁽¹⁴⁾ ao Congresso, o Presidente Nixon propôs o estabelecimento de uma Comissão do Crescimento Populacional e do Futuro dos Estados

ções de habitações, de escolas, de hospitais, etc. que são acréscimos quantitativos que não elevam o nível de vida, mas que permitem aos recém-chegados desfrutar do mesmo grau de infra-estrutura, de serviços, etc."

14) Mensagem de 18.7.69.

Unidos, com amplas responsabilidades para estudar vários aspectos do problema demográfico americano e apresentar recomendações específicas. Anunciou, na mensagem, as medidas que estão sendo postas em prática, inclusive a dotação de verbas para programas de pesquisa, treinamento de pessoal, estudos dos efeitos do crescimento populacional sobre o meio ambiente e o suprimento alimentar, e estabeleceu como meta do governo "a provisão de serviços de planejamento familiar adequados, nos próximos cinco anos, para todos que os desejam e não tenham meios para adquiri-los". A mensagem presidencial termina afirmando que "um dos mais sérios desafios ao destino da humanidade no terço final deste século será o crescimento populacional".

18. A clara tomada de posição do Presidente dos Estados Unidos se apoia em recomendações do Comitê de alto nível nomeado pelo Presidente Johnson e co-presidido pelo Ex-Ministro da Saúde e do Bem-Estar Social, Sr. Wilbur J. Cohen e pelo Sr. John D. Rockefeller III. O Comitê estudou os problemas do rápido crescimento demográfico de seu País e apresentou oito propostas para consideração imediata, a primeira das quais objetiva elevar a verba federal para serviços de planejamento familiar de US\$ 30 milhões em 1969, para US\$ 150 milhões em 1973, e com a qual poderão ser assistidas 5 milhões de mulheres ora privadas, pela pobreza ou pela ignorância, da oportunidade de planejar efetivamente

suas famílias⁽¹⁵⁾. Embora o Comitê sugira programas de grande amplitude que incluem até a incorporação no sistema educacional americano, de informação sobre planejamento familiar e paternidade responsável, reconhecem os seus membros que: "a solução do problema populacional não resolverá tudo. A redução das taxas excessivas de crescimento populacional acelerará o desenvolvimento das nações mais pobres. Mas a redução da taxa de natalidade deve ser acompanhada de programas positivos de desenvolvimento⁽¹⁶⁾.

19. Outros países desenvolvidos vêm adotando políticas tendentes a conter e restringir o crescimento da população. O caso de maior êxito é o do Japão. Entre vários outros países subdesenvolvidos, a Índia, o Paquistão, Formosa e a Coreia adotaram programas oficiais de planejamento familiar. Recentemente os jornais noticiaram o início de forte campanha de limitação da natalidade no Egito⁽¹⁷⁾. A maioria dos países subdesenvolvidos já reconhece a importância do problema, não devendo tardar a adoção de políticas visando facilitar informação e os meios adequados aos casais que desejam aumentar o intervalo de tempo entre os filhos e controlar o tamanho da família. "O Governo da Índia estabeleceu a meta de reduzir a taxa de natalidade de 41 para 25 por mil em

1975, e para 18, em 1985"⁽¹⁸⁾. O Relatório Pearson chamou a atenção para o fato de que "sem substancial êxito no planejamento familiar, é possível que os esforços para minorar a pobreza da Índia sejam frustrados"⁽¹⁹⁾.

20. Recente estudo do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), organismo das Nações Unidas, procura examinar a questão de emprego industrial, sem admitir o problema do rápido crescimento demográfico neste continente⁽²⁰⁾. O "modelo econômico que permitiria absorver o aumento da mão-de-obra exige um crescimento médio das economias latino-americanas ao ritmo de 8% ao ano. As conclusões do próprio estudo indicam a importância da questão. Diz o ILPES: "Em geral, é pessimista a visão que se tem do futuro. É fácil apreciar que a absorção do desemprego em prazos razoáveis, assim como a ocupação plena da crescente força de trabalho, requereria ritmos muito elevados e sustentados de crescimento econômico se não se modificar o "modelo" ou o padrão de desenvolvimento"⁽²¹⁾. Mais adiante, diz o informe: "É fácil compreender que é improvável que uma expansão econômica de 8% ao ano, seja mantida por um período longo, se este ritmo se compara com as tendências predo-

15) *Population and Family Planning: The Transition from Concern to Action*. Report of the President's Committee on Population and Family Planning — US Department of Health, Education, and Welfare; Office of the Secretary — Washington-DC — 1968.

16) *idem*, pg. 14.

17) *Jornal do Brasil*, 2.4.70, pg. 11.

18) M. M. Bhalla, "India's Programme for Population Control", citado por Gunnar Myrdal, em *Asian Drama* Random House, N.Y., 1968 — p. 1527.

19) *Partners in Development*, op. cit., p. 301.

20) *Consideraciones sobre Ocupacion Industrial, Cuadernos del ILPES*, série II. Anticipos de Investigacion, nº 8, Santiago, 1969.

21) *idem*, op. cit., págs. 13 e 14.

minantes entre 1950 e 1960. A taxa necessária para absorver o desemprego e o crescimento da força de trabalho até 1980, significaria nada menos que triplicar o ritmo do crescimento do produto por habitante" (22).

21. Prossegue o informe fazendo as seguintes projeções: "Outros cálculos mostram que — segundo as tendências demográficas — até 1980, a população latino-americana seria de uns 355 milhões de habitantes, a força de trabalho representaria 34,6%, ou seja, 123 milhões de pessoas e que, a continuarem as tendências econômicas atuais, o desemprego ascenderia a 23 milhões de desocupados. A taxa de desemprego cresceria então de 11% a quase 19% e o subemprego subiria de maneira acentuada" (23).

22. A análise do ILPES não levou seus autores à conclusão lógica de que se impõe a adoção de uma política populacional tendente a reduzir a acelerada taxa de crescimento demográfico, embora admitissem que "estatisticamente se comprova uma correlação inversa entre o ritmo de expansão demográfica e o grau de desenvolvimento" (24). O Dr. Raul Prebisch, decano dos economistas latino-americanos, criador e diretor do ILPES, reconhece, sem embargo, que: "resulta assim indispensável a necessidade de estabelecer políticas demográficas racionais, adequadas às soluções dos problemas de desenvolvimento de cada país, de

acôrdo com a orientação dos respectivos governos" (25). Por seu turno Urquidí argumenta que "uma política tendente a reduzir a taxa de incremento da população teria, na maioria dos países latino-americanos, um efeito benéfico sobre os esforços de desenvolvimento econômico e social a curto prazo, através da renda familiar das populações marginais, rurais e de baixos salários; a prazos médio e longo, através dos programas de investimentos sociais e de desenvolvimento da infra-estrutura econômica, da absorção da força de trabalho nas atividades industriais e nos serviços, do desenvolvimento regional interno e dos gastos correntes" (26).

23. Os países socialistas têm taxas de crescimento demográfico idênticas ou inferiores às dos países capitalistas comparáveis. As taxas mais baixas do mundo são as da Alemanha Oriental e da Hungria, respectivamente 0,2% e 0,3% ao ano. A Checoslováquia cresce a 0,5%; a Romênia a 0,6%; a Bulgária a 0,7%; a Polónia a 0,8% e a Rússia a 1,1%. O crescimento da China Continental é estimado em 1,5% ao ano. A doutrina marxista sustenta que não há um problema populacional, mais inadequada organização da sociedade, argumentando que, como o trabalho é a única fonte do valor, não pode haver excesso de população num sistema bem organizado. Apesar disso, é óbvio que as famílias estão praticando o pla-

22) *idem*, pág. 14.

23) Consideraciones sobre Ocupacion Industrial, Cuadernos del ILPES, série II. Anticipos de Investigacion, nº 8, Santiago, 1969 — pg. 14.

24) ILPES, op. cit., pág. 14.

25) Reflexões Sobre a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento Econômico, BID — Washington, 13.5.69, pág. 6.

26) Victor L. Urquidí, op. cit., pág. 102/3.

nejamento familiar naqueles países.

24. Como não poderia deixar de ser, a China e a Rússia divergem também no que toca à política populacional, como se percebe das palavras de Chung Hai-Can, eminente médico chinês: "A população da China é cerca de três vezes superior à da União Soviética, mas tem apenas pouco mais da metade da área geográfica da União Soviética. A União Soviética é sub-povoada, a raiz é três vezes menos, a taxa anual de crescimento da população é pequena e lenta. Por isso, ela adota uma política para encorajar o aumento da população. Na China, a raiz é grande e a atual taxa de crescimento da população é demasiado alta. Ela deve, pois, adotar dialéticamente uma política que objetive controlar a taxa de natalidade de maneira que mais capital possa ser acumulado para assegurar o feito vitorioso da construção do socialismo no futuro próximo" (27).

25. Nos Estados Unidos a ação do Governo está sendo compreendida e apoiada pelas lideranças, por pensadores e pelos políticos. Recentemente o Sr. James Reston, conhecido comentarista e editor do Jornal "The New York Times" publicou artigo comentando a mudança de atitude e da linguagem de personalidades do governo americano a respeito do problema demográfico nos Estados Unidos. É ilustrativo repetir alguns trechos do referido artigo: "Afirmam as autoridades, diz

o Sr. Reston, que os Estados Unidos marcharão para uma catástrofe, a menos que "controle" a população do país" — e a palavra *contrôle* está sendo empregada conscientemente em substituição a "planejamento familiar". Em discurso que foi aprovado não apenas pelo Ministro da Saúde e do Bem-Estar Social, mas também, pessoalmente, pelo Presidente Nixon, o Dr. Roger D. Egeberg (28) foi autorizado a esclarecer o seguinte: "Falamos em "planejamento familiar", diz Egeberg, "e defendemos o princípio da livre escolha, da liberdade de consciência e da liberdade de coerção de qualquer tipo (...) Mas o que é que a liberdade de escolha no planejamento familiar significa para o estado atual da sociedade? Ela implica imenso crescimento populacional, pela simples razão de que a família típica norte-americana optará, se puder, por três filhos e não por dois". Prossegue Reston citando, mais adiante, a conclusão do Sr. Egeberg: "Penso que teremos de ajudar os habitantes da Nação a compreender que o seu vital interesse e o de seus filhos exige que controlemos o crescimento da população" (29).

26. E qual a magnitude do crescimento populacional que de tal maneira preocupa a nação mais rica do mundo, cuja produção anual por habitante se aproxima de US\$ 4.500? A tomada de consciência recente das lideranças americanas do pro-

28) Ministro Assistente da Saúde e Assuntos Científicos do Ministério da Saúde e Bem-Estar dos Estados Unidos.

29) Crescei e multiplicai-vos, velho preceito ameaçado — O Estado de São Paulo, 22.1.70.

27) Citado por G. Myrdal, op. cit., pág. 1478.

blema demográfico dos Estados Unidos, decorre do fato de que ao atual ritmo de crescimento, a população daquele país aumentará, até o fim do século, de 100 milhões de habitantes, devendo os americanos serem 300 milhões de pessoas por volta do ano 2000. Esta a catástrofe referida pelas autoridades que cumpre evitar nem que para tal seja necessário dispensar centenas de milhões de dólares em campanhas educativas, ou sacrificar certas liberdades.

27. Até o fim do século a população do Brasil também aumentará 100 milhões de habitantes, e isto não parece estar nos preocupando muito, apesar de que nossa produção e nossa riqueza per capita não sejam sequer um décimo da americana. O Presidente Nixon exemplificou em mensagem ao Congresso, que o aumento de 100 milhões de americanos exige a construção de uma cidade de 250.000 habitantes cada mês até o fim do século. Nós também cresceremos 100 milhões de pessoas nos próximos 30 anos, mas não parece haver maior preocupação nacional com o problema. Repetiremos, a seguir, algumas perguntas feitas pelo Presidente Nixon: "Como educaremos e empregaremos um número tão elevado de pessoas? Como providenciaremos habitações para os próximos 100 milhões de americanos? E que ocorrerá com nossos recursos naturais e com a qualidade do meio ambiente?" (30). Creio que poderíamos fazer a nós mesmos estas e muitas outras perguntas relacionadas com o bem-estar, a educação, o

emprego, a qualidade da vida que deverão ter os próximos 100 milhões de brasileiros.

28. A nossa indiferença a essa magna questão e aos problemas que o aumento de 100 milhões de pessoas até o fim do século acarretará para a nação brasileira, não pode ser mantida por muito tempo. Não devemos cair no que Gunnar Myrdal chama a "ilusão dos números" e confundir um país superpovoado com um país poderoso. É necessário que passemos a dar maior atenção à qualidade da vida dos brasileiros do que à quantidade de futuros brasileiros, se queremos dar conteúdo ao lema: "objetivo é o homem" (31).

29. A perspectiva de que poderemos ser 200 milhões no fim do século, deve levar-nos a refletir no que significa incorporarmos à vida nacional em 30 anos, maior número de pessoas do que a população que temos 470 anos após o descobrimento do país. A magnitude do problema é maior, sem embargo, na região mais pobre do País: o Nordeste.

IV — *A evolução demográfica do Nordeste*

30. A evolução da população, nas datas dos censos, mostra um crescimento decenal que varia de 11,2% na década de 1880 a 24,8% entre 1950 e 1960, estimando-se que o aumento da população na presente década seja superior à população total na região por volta de 1910:

31) "O que conta não é a quantidade de mercadorias, mas a qualidade de vida." John K. Galbraith. — *The New Industrial State*, Houghton Mifflin — Boston, 1967 — pag. 8.

30) Mensagem citada.

TABELA 5
NORDESTE — EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA
1872/1980
(Milhares de habitantes)

	1872	1890	1900	1920 (3)	1940	1950	1960	1970 (2)	1980 (2)
População presente (1)	4.639	6.002	6.750	11.246	14.434	17.973	22.429	29.273	38.960
Aumento no período	—	1.363	748	5.496	3.188	3.539	4.456	6.844	9.687
Taxa decenal de crescimento no período	—	11,2%	12,5%	29% 20,9%	13,3%	24,5%	24,8%	30,5%	33,1%

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico de 1969 e Projeções do ETENE.

1) Nas datas dos censos, até 1960.

2) Estimativa do ETENE.

3) O Censo de 1920 superestimou a população do País.

31. Na década de 1970, a população do Nordeste aumentará ao ritmo de quase um milhão de pessoas por ano. No hemisfério ocidental apenas os Estados Unidos, o Brasil e o México terão crescimento populacional superior ao do Nordeste, que é a maior e mais populosa região do referido hemisfério, com renda *per capita* anual inferior a US\$ 200.

32. Dos países desenvolvidos, apenas os Estados Unidos e a Rússia aumentarão mais de um milhão de habitantes por ano, enquanto o crescimento demográfico do Japão será dessa ordem de magnitude. A Alemanha, que tem o dôbro da população do Nordeste e uma renda *per capita* mais de 10 vezes superior, está crescendo 300.000 pessoas por ano, enquanto a Espanha, cuja população é pouco maior

que a nordestina, aumenta 270.000 habitantes por ano. A Itália, com quase o dôbro da população do Nordeste, aumenta 400.000 pessoas anualmente e a França, com 50 milhões de habitantes, tem um incremento de meio milhão por ano. Na América Latina, a Argentina com 24 milhões de habitantes apresenta um avanço demográfico de 360.000 pessoas anualmente, e a Colômbia com 21,5 milhões, cresce à razão de quase 750 mil habitantes por ano.

33. Os estudos do Banco do Nordeste indicam que a região nordestina se urbanizará rapidamente na década de 70, devendo a população das cidades representar a metade da população total, em 1980. Outras modificações de importância na distribuição espacial da população deverão ocorrer. Por exemplo, o Es-

tado de Pernambuco deverá ter cerca de 6,7 milhões de pessoas em 1980. Dessas, 4,4 milhões (66%) viverão nas cidades e 2,3 milhões no campo. A população rural da zona litorânea que era 765 mil habitantes em 1960, deverá elevar-se a 831 mil em 1980. Se mantidas as tendências da década de 50, diminuirá a população pernambucana das áreas rurais não litorâneas de 1.514 mil pessoas em 1960, para 1.427 mil, em 1980. Este dado talvez dê o que pensar àqueles que vêem a solução do problema demográfico na ocupação dos espaços vazios que há no País...

34. Desnecessário será enfatizar os problemas decorrentes do rápido crescimento populacional do Nordeste. O aumento de um milhão de pessoas por ano significa que a economia deverá criar, no devido tempo, 300.000 empregos anualmente para que seja mantida a baixíssima taxa de participação de 30% da força de trabalho sobre a população total⁽³²⁾. O número de escolas, residências, os meios de transporte, os hospitais, os serviços de utilidade pública, etc. necessários a atender à população, estarão competindo pelos escassos recursos necessários aos investimentos diretamente reprodutivos indispensáveis ao desenvolvimento econômico e à elevação de renda *per capita*. Se o aumento populacional estimado verificar-se, de fato, teremos feito a opção do *crescimento extensivo*, pelo aumento da população, em lugar do *crescimento intensivo*, que significa a melhoria da qualidade da vida. Por outro lado,

não devemos esquecer que “a produção e o emprego não subirão simplesmente porque há homens procurando trabalho, ou estômagos vazios a alimentar”⁽³³⁾.

35. Estudo recente do Banco do Nordeste⁽³⁴⁾ mostra que na década de sessenta as populações urbanas mais pobres perderam posição relativa na distribuição da renda. Assim, a camada social formada pelos 40% da população que auferiam as rendas mais baixas na cidade do Recife, diminuiu sua participação na renda total da cidade de 16,5% em 1960, para 11,5% em 1967. Em Salvador, os 20% da população que recebiam rendas mais baixas tiveram sua participação reduzida de 5,6% da renda total da cidade em 1962, para 3,8%, em 1966. Idêntico fato se verificou em Fortaleza, onde a queda foi de 8,0% para 5,3%; em Natal de 5,2% para 4,2%; em João Pessoa reduziu-se à metade, isto é, de 5,6% para 2,8%; e em São Luís de 5,6% para 4,6%.

36. Quando examinamos o valor da renda em termos absolutos e em moeda de poder de compra constante verifica-se, igualmente, na maioria dos casos, uma séria deterioração dos níveis de vida das populações urbanas nordestinas de rendas mais baixas. Em Salvador, a renda *per capita* mensal, em cruzeiros de poder de compra de abril de 1969, para a camada social

33) Cf. Peter L. Bernstein, *The Price of Prosperity* a Vintage Book — New York — 1966, pág. 4.

34) *Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano*, BNE, Fortaleza, Ceará, Dez. 1969.

32) No Japão a taxa de participação é 50%.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO DE RENDA REAL EM CIDADES DO NORDESTE
Quintos da População

Cidades e data	% sobre totais (inferior)		Renda per capita mensal (abril de 69) (inferior)		
	1º	2º	1º	2º	3º
Recife		16,5		27,60	
— outubro/60	3,2	8,3	14,10		35,90
— março/67					
Salvador	5,6	8,5	24,20		37,20
— 1962	3,8	7,7	21,30		43,60
— agosto/67					
Fortaleza	8,0	11,2	28,50		40,00
— 1962	5,3	8,8	19,30		32,20
— Julho/65					
Natal	5,2	8,6	15,90		26,20
— novembro/64	4,2	10,9	14,20		33,80
— julho/66					
Maceió		15,4		25,0	
— abril/64	3,9	7,3	16,00		29,60
— março/68					
João Pessoa	5,6	8,1	17,50		25,10
— novembro/64	2,8	6,5	14,10		33,00
— julho/67					
São Luís	5,6	11,7	19,40		40,70
— setembro/63	4,6	8,5	22,00		40,70
— fevereiro/67					
Terapia Grande		16,2		17,60	
— maio/62	2,7	5,7	10,60		23,00
— julho/67					

Fonte: Distribuição e Níveis da Renda Familiar no Nordeste Urbano, tabelas 7 e 8.

que se compõe dos 20% mais pobres, diminuiu de Cr\$ 24,20, em 1962, para Cr\$ 21,30, em 1966. Em Fortaleza, a redução foi mais acentuada, de Cr\$ 28,50, em 1962, para Cr\$ 19,30, em 1965. São Luís foi a única cidade onde se verificou aumento da renda *per capita* em termos absolutos para aquela camada social: de Cr\$ 19,40, em 1963, para Cr\$ 22,00, em 1967.

37. O estudo não explica as causas da perda de posição relativa e da redução do poder de compra das populações mais pobres num período em que a economia nordestina se desenvolveu rapidamente. Aplica-se aqui, com justeza, a frase do Presidente Médici em discurso na Escola Superior de Guerra: “a economia pode ir bem, mas a maioria

do povo ainda vai mal" (35). Não seria fora de propósito especular que a deterioração verificada é consequência do rápido crescimento populacional urbano do Nordeste. A economia urbana em franca expansão atrai milhares de trabalhadores rurais analfabetos e sem qualquer qualificação. Por sua vez, o campo empobrecido pela pressão demográfica e pela baixa tecnologia reinante, expelle as famílias que não conseguem condições de subsistência. Este afluxo populacional deprime o mercado de trabalho urbano, porque os recém-chegados oferecem seus serviços por qualquer salário, passando a maior parte do tempo subempregados ou desempregados. São também estas as famílias mais numerosas, razão por que a minguada renda que conseguem obter, se dilui quando dividida por todos os membros da família. A deterioração que o estudo revela ter ocorrido no Nordeste é problema grave que deve ser objeto de séria consideração, pois qualquer seca ou recessão econômica na Região poderá ter consequências sociais imprevisíveis.

38. As lideranças brasileiras cada vez mais se apercebem do perigo de cairmos na ilusão dos números. É indispensável que seja nomeado um Grupo de Trabalho de alto nível para estudar o problema populacional e propor metas e as bases de uma política demográfica racional, que conduza a um crescimento equilibrado da população, compatível com a exploração e conservação dos nossos recursos na-

turais. Há um conselho do economista Dudley Seers que devemos ter presente: "A razão real para uma política populacional ativa é simplesmente que enquanto a força de trabalho está crescendo rapidamente, é quase impossível diminuir o desemprego e reduzir a pobreza, porque o suprimento abundante de mão-de-obra mantém os salários dos operários não qualificados, afora talvez o privilegiado setor moderno, próximos a níveis de simples subsistência. Ademais, a crescente pressão populacional sobre o orçamento torna muito difícil a expansão da educação e de outros serviços. Um argumento adicional a respeito dos critérios precedentes é que a crescente pressão aumenta a necessidade de ajuda externa e assim retarda a obtenção da verdadeira independência" (36).

V — Conclusões

39. O crescimento demográfico explosivo que se verificou nos países subdesenvolvidos nas 3 últimas décadas não foi pelos mesmos planejado ou desejado, nem tampouco previsto pelos técnicos. Decorreu do rápido declínio das taxas de mortalidade e da manutenção, em níveis estáveis, das taxas de natalidade. "A biologia não se preocupa com o fato de que altas taxas de natalidade têm geralmente acompanhado uma civilização culturalmente baixa, e baixas taxas de natalidade uma civilização de alta cultura" (37).

36) The Meaning of Development, *International Development Review*, Dez. 1969, Vol. XI, nº 4, p. 5.

37) Will and Ariel Durant, op. cit., pg. 21.

35) *Jornal do Brasil*, 11.3.70.

40. Sem embargo, o crescimento demográfico é essencial ao desenvolvimento econômico. A experiência histórica dos países desenvolvidos mostra que seu progresso foi compatível com taxas de aumento populacional da ordem de 1% ao ano, no último século. As populações que crescem 1% anualmente se duplicam em cerca de 70 anos. A economia japonesa, que hoje é a terceira do mundo, cresceu a 10% ao ano nas últimas décadas, enquanto a população aumentou à taxa de aproximadamente 1% ao ano. Recente estudo do ILPES, no qual se tenta construir um modelo na base de taxas de crescimento econômico de 8% ao ano, a fim de absorver os desempregados que há na América Latina e proporcionar emprêgo aos que buscarão trabalho, admite que "estatisticamente se comprova uma correlação inversa entre o ritmo de expansão demográfica e o grau de desenvolvimento" (38).

41. As taxas de crescimento populacional dos países subdesenvolvidos, da ordem de 3% ao ano, são incompatíveis com o "desenvolvimento econômico intensivo" do qual resulta o rápido aumento de renda *per capita* e a melhoria da qualidade da vida. Nos Estados Unidos, onde a população está crescendo cerca de 1% ao ano, criando a perspectiva do aumento de 100 milhões de pessoas até o fim do século, as autoridades iniciaram vasto programa destinado a propiciar informações e os meios para o

planejamento familiar, cuja meta principal é o dispêndio de US\$ 150 milhões em 1973, para atender a 5 milhões de mulheres.

42. O crescimento populacional do Brasil até o fim do século será também de 100 milhões de habitantes. Esta estimativa ainda não sensibilizou os brasileiros para os problemas que, dada à menor disponibilidade de recursos de nosso País, serão muito mais graves do que aqueles que as autoridades americanas consideram imperioso evitar no país mais rico da terra. Presentemente, a população brasileira aumenta ao ritmo de quase 3 milhões de pessoas por ano. No mundo crescem mais do que o Brasil, em números absolutos, apenas a China, a Índia e o Paquistão.

43. As projeções para o Nordeste na década de 1970 mostram que a população da Região aumentará quase um milhão de pessoas por ano. No ocidente, apenas os Estados Unidos, o Brasil e o México terão incremento demográfico superior ao do Nordeste. Os estudos mostram crescente tendência à urbanização e ao aumento da pressão demográfica nas zonas litorâneas, melhor aquinhoadas de recursos de solos e água, enquanto poderá persistir a tendência à redução da população rural nas zonas não litorâneas, sujeitas às secas e menos dotadas de recursos naturais.

44. O debate crescente sobre os problemas demográficos que o País enfrentará levará certamente à adoção de política populacional racional e compatível com nossa firme decisão de ser-

(38) Cuadernos del Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social Série II, nº 8, Cap. II, Ocupación y Desarrollo, Santiago, 1969, p. 22.

mos uma grande potência econômica e industrial e não apenas um país densamente povoado. Urge, no entanto, que sejam formuladas com brevidades políticas demográficas que facilitem o atingimento daquele deside-

rato. É necessário evitar que a vitória do homem sobre o meio ambiente e o grau de desenvolvimento alcançado pela humanidade se transformem numa "vitória de Pirro", devido aos problemas decorrentes do excessivo crescimento populacional.